

Contrato nº 150/2022 - SMS. **Processo nº** P065872/2022.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS E A EMPRESA **ELFA MEDICAMENTOS S.A.,** ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº.

07.954.605/0001-60, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.885.197/0001-44, com sede e foro jurídico nesta Capital à Rua Barão do Rio Branco 910, 1º andar - Centro, Fortaleza, Ceará, CEP: 60025-060, através de seu secretário executivo, JÚLIO RAMON SOARES OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 92002319472 - SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 380.434.673-15, residente e domiciliado nesta Capital e a compresa ELFA MEDICAMENTOS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.053.134/0009-45, situada na NUCR INTERSECÇÃO ROD DF001 C/ROD 475, Galpão 02 Módulo 05 E 06, nº 02, Cond. SYS Gama B. Park, Brasília/DF, CEP: 72.427-010, telefone: 55 (83) 21068342, endereço eletrônico: 10 citação grupoelfa.com.br, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo procurador procurador procurador de RG nº 1029018353 MD/CE, inscrito no CPF sob o nº 011.268.083-69, endereço profissional na Rua Empresário Clovis Rolim, Nº 00 presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:



<u>CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</u>

1.1. O presente contrato tem como fundamento a Ata de Registro de Preços nº º 002/2022 - B, oriunda do Edital do Pregão Eletrônico nº 334/2021 e seus anexos, o que consta nos autos do Processo Administrativo nº **P065872/2022**, os preceitos do Direito Público, e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; na Lei Municipal nº 10.350, 28 de maio de 2015; no Decreto nº 13.735 de 18 de janeiro de 2016 (atualizado com as alterações constantes do Decreto Nº 14.398, de 11 de abril de 2019); Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decretos Municipais nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, nº 12.255, de 06 de setembro de 2007, nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 publicado no D.O.U de 24 de janeiro de 2013 (e suas alterações) e, subsidiariamente, a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e do disposto no presente Edital e seus anexos.

<u>CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO</u>

2.1. O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA - IJF E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS (FMS), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência deste Edital, por um período de 12 (doze) meses; bem como em consonância com o ANEXO ÚNICO que integra este instrumento independente de sua transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

Subcláusula Primeira - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões no volume do objeto deste contrato, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE DE PREÇOS

3.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais), sem direito a reajuste.

Subcláusula Primeira - No valor a ser pago para a execução do objeto deste contrato estão inclusos todos os popular de la contrato estão inclusos estados est

custos diretos e indiretos requeridos para o fornecimento dos materiais, encargos sociais, seguros (quando $\frac{\overline{vg}}{g}$ houver), custos de mão de obra, benefícios diversos, tributos ou quaisquer outros encargos que vierem a existir giblo per o objeto, constituindo assim a única remuneração para a execução do objeto contratado.



CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **4.1.** A despesa decorrente desta licitação correrá à conta da Dotação Orçamentária consignadas abaixo:
 - **25908.10.302.0123.2621.0001**, elemento de despesas **339030**, fonte **1.600.0000.00.00** e 1.602.0000.00.00 da Ação de Manutenção da Rede de Hospitais do Munícipio - Hospital Distrital Gonzaga Mota/Barra do Ceará - HDGMBC;
 - 25910.10.302.0123.2621.0002, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.00.00 e

25910.10.302.0123.2621.0002, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.00.00 e 1.602.0000.00.00 da Ação de Manutenção da Rede de Hospitais do Munícipio - Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura/HDEAM - Frotinha Antonio Bezerra;

25911.10.302.0123.2621.0003, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.00.00 e 1.602.0000.00.00 da Ação de Manutenção da Rede de Hospitais do Munícipio - Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira/HDMJBO - Frotinha Parangaba;

25913.10.302.0123.2621.0005, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.00.00 e 1.602.0000.00.00 da Ação de Manutenção da Rede de Hospitais do Munícipio - Hospital Distrital Gonzaga /José Walter - HDGMJW;

25916.10.302.0123.2621.0008, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.00.00 da Ação de Manutenção da Rede de Hospitais do Munícipio - Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira/HDEBO - Frotinha Messejana;

25918.10.302.0123.2545.0001, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.000.00 e 200.000.0000 da Ação de Manutenção do Hospital e Maternidade Dra Zilda Arnso Neumann/HMDZAN.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento advindo do objeto deste Contrato será proveniente dos recursos do Instituto Doutor Jose 60 despesa (art. 62 e segs. da Leigna de Sulvina despesa (art. 62 e segs. da Leigna de Sulvina de Sulvina



nome da CONTRATADA, em instituição financeira oficial credenciada a operar o Sistema de Conta Única do Município de Fortaleza.

- **5.1.1.** A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.
- 5.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento do objeto, conforme especificações exigidas na licitação.
- 5.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 334/2021.
- 5.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:
- 5.4.1. Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.
- 5.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.
- 5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Ix N x VP, sendo:

EM = Encargos monetários;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurada:

I = (TX/100)
365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Lei Fodorel 198 9 666 (103), contado a partir da que publicação, devendo con publicado no forme do pará grafa [15]. Lei Federal nº. 8.666/93), contado a partir da sua publicação, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA deverá obedecer para execução do objeto deste Contrato as especificações, os prazos e as condições estabelecidos neste instrumento e no Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 334/2021, o qual passa a integrar este instrumento independentemente de transcrição.

7.2. Quanto à entrega:

7.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue de forma parcelada de acordo com as necessidades do hospital e em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no Núcleo de Farmácia do Instituto Dr. José Frota, no endereço abaixo descrito:

RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 1816, CENTRO.

CEP: 60.025-061

FORTALEZA - CE

<u>CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO</u>

- 8.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações do Edital, proposta, da nota de empenho, da Ata de Registro de Preços e do contrato, devendo ser feito por servidor do órgão gestor / órgão participante do setor que procederá a conferência.
- 8.2. DEFINITIVAMENTE, mediante recibo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, por servidor do setor do órgão que procederá a conferência, certificando-se de que todas as condições, qualidade experimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por E-mail, ou por relejões de que todas as condições, qualidade experimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por E-mail, ou por relejões e, consequente experimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por E-mail, ou por relejões e, consequente experimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por E-mail, ou por relejões e, consequente experimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por E-mail, ou por relejões e, consequente experimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por E-mail, ou por relejões e, consequente experimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por E-mail, ou por relejões e, consequente experimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por E-mail, ou por relejões e, consequente experimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por E-mail, ou por relejões e, consequente experimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor. servidor do setor do órgão que procederá a conferência, certificando-se de que todas as condições, qualidade e

· o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 1276728 e código 6V3YKCQQ



<u>CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</u>

- 9.1. A CONTRATADA assumirá o compromisso de envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento assumido com o órgão contratante, ficando obrigada a:
- 9.2. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.
- 9.3. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 9.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 9.6. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 9.7. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.8. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo(s) órgão, contado da sua notificação.
- 9.9. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período
- oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

 9.10. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja execução do objeto contratu conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da Contratante.
- 9.11. Entregar o produto, onde o mesmo deverá obedecer às exigências contidas nas especificações deste Termo de Referencia, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de fornecimento.

 9.12.É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam general de se superior de
- observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam $\frac{\overline{y}_{0}}{8}$ mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

 9.12.1. É vedada a subcontratação.



9.13. Os produtos deverão ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade, contados da data de fabricação. Caso o produto seja importado, o prazo mínimo será de 65% (sessenta e cinco por cento) de sua validade contados da data de fabricação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão da NOTA DE EMPENHO.
- 10.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- 10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.
- **10.4.** Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 10.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Contrato.
- **10.6.** Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 10.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei mento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número 6V3YKCQQ Federal n.º 8.666/1993, pelos seguintes servidores:

FUNÇÃO	SETOR/ORGÃ O	NOME	MATRÍCULA	CARGO	
Gestor	COREPH	Erika Mayara Silva Braga	126149	Assistente Técnico Administrativo	
Gestor	COAF	Nívia Tavares Pessoa de Souza	127350	Coordenadora da Assistência Farmacêutica	
FUNÇÃO	SETOR/ORGÃ O	NOME	MATRÍCULA	CARGO	
Fiscal	HDGMJW	José Tarcísio Rebouças	114.350-01	Diretor Administrativo Financeiro	
Fiscal	HDGMBC	José Ney Mesquita Ximenes	2458505	Diretor Administrativo Financeiro	
Fiscal	HDEAM	Emanuelle Patrícia Rodrigues Monteiro	13.0446	Diretor Administrativo Financeiro	
Fiscal	HDEBO	Valdercio Delfino Mota	62.825	Diretor Administrativo Financeiro	



Fiscal	НДМЈВО	José Williames Ferreira Grangeiro	23.751	Diretor Administrativo Financeiro
Fiscal	HMDZAN	Ismael Sousa Maia	57489-01	Diretor Administrativo Financeiro

- **11.2.** Compete ao Gestor/Fiscal do Contrato, entre outras atribuições:
- 11.2.1. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.
- 11.2.2. Verificar a conformidade da execução do objeto com as normas especificadas no Termo de Referência

- 11.2.2. Verificar a conformidade da execução do objeto com as normas especificadas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 334/2021.

 11.2.3. Ordenar à CONTRATADA a corrigir ou refazer as partes do objeto executado com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações constantes neste instrumento.

 11.2.4. Encaminhar à autoridade competente, fazendo juntada dos documentos necessários, relatório das ocorrências (falhas) observadas na execução do Contrato, bem como as solicitações de penalidades aplicáveis pelo não cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA.

 Subcláusula Única A ação do Gestor do Contrato não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS SANÇÕES

 12.1. A licitante que praticar qualquer das condutas previstas no art. 14, do Decreto Municipal nº 11.251/2002 e demais legislações pertinentes, sem prejuízo das sanções legais na esfera civil e criminal, estarágo sujeito às seguintes penalidades:

 12.1.1. Advertência escrita (§ único do artigo 49, Decreto Municipal nº 13.735/2016); quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas ocorrências que possam acarretar prejuízos à contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

 12.1.1. Multa isolada ou cumulativa com as demais sanções, conforme estabelecido na legislação Municipal nº 13.735/2016);

 12.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de gordona de sanção mais grave;

 12.1.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de gordona de sanção mais grave;

 12.1.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de gordona de sanção mais grave;

 12.1.2. Multa isolado ou cumulativa com as demais sanções, conforme estabelecido na legislação Município de gordona de sanção mais grave;

 12.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Dir



punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais. (art. 7º da lei 10.520/2002, Art. 14 do Decreto Municipal nº 11.251/2002 c/c Art. 59 do Decreto Municipal nº 13.735/2016);

- 12.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a licitante CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrado em processo de execução. (§ 6º do Art. 51 do Decreto Municipal nº 13.735/2016).
- 12.2.1. O DAM poderá ser obtido no sítio da Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza SEFIN, www.sefin.fortaleza.ce.gov.br.
- 12.3. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas.
- 12.4. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.
- 12.5. A NOTIFICAÇÃO relativa à fase de defesa prévia será encaminhada por carta registrada, com aviso de recebimento - AR e a NOTIFICAÇÃO referente ao recurso/defesa da decisão que determinar a aplicação de penalidade deverão obedecer ao disposto nos §§ 1º e 2º do art.70 do Decreto Municipal nº 13.735/2016.
- 12.5.1. As demais notificações poderão ser feitas via e-mail ou qualquer outro meio passível de comprovação de sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida 13.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitidados subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem objetivo de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis que processo de sem níveis que processo de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis que processo de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis que processo de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis que processo de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis que processo de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis que processo de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis que processo de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis que processo de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis que processo de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis que processo de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis que processo de representantes do organizações de representantes de representantes do organizações de representantes de representantes de rep



artificiais e não-competitivos;

- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 13.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- 13.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o Contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do Contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

14.1. A CONTRATADA declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

15.1. Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Leigingo Pederal Nº 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial do Município, que é condição indispensável productivo de condição de condição



para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA RESCISÃO

17.1. Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do art. 80, da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DOS CASOS FORTUITOS. DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

18.1. Tal como prescrito na lei, a CONTRATANTE e a CONTRATADA não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos, de força maior ou omissos, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo Inter partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

Subcláusula Primeira - Para os casos previstos no "caput" desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula Segunda - As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como como contratual.

Subcláusula Terceira - Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer de alteração no endereço ou no telefone da empresa.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das porta de contrato, as quais permanecerão integras.

CLÁUSULA VIGÊSIMA - DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões de alteração no endereço ou no telefone da empresa.

Rua Barão do Rio Branco * Centre * CEP 60025-060 * Fortaleza, Casad, Brasil Tel. 85 3452-1786



decorrentes da execução deste Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, que está visado pela Coordenadoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelas partes.

Fortaleza/CE, data da assinatura digital.

JÚLIO RAMON SOARES OLIVEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS CONTRATANTE

FELIPE DE ARAUJO
GOMES:01126808
GOMES:01126808369
GOMES:01126808369
GOMES:01126808369
Coation:

FELIPE DE ARAUJO GOMES ELFA MEDICAMENTOS S.A. CONTRATADA





ANEXO ÚNICO DO CONTRATO № 150/2022 - SMS

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre o CONTRATANTE e a Empresa ELFA MEDICAMENTOS S.A. - CNPJ nº 09.053.134/0001-45, cujos preços estão a seguir registrados, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 334/2021 - SMS.

		I OOJA/	16/15			
_	P. TOTAL (R\$)	792,0000	0			
TOTAL	P. TC	R\$	R\$ 792,00			
	QTDE	9.900				
HMDZAN	P. TOTAL (R\$) QTDE	R\$ 144,0000	R\$ 144,00			
	dp F	1.800				
нрмлво	P. TOTAL (R\$)	R\$ 36,0000				
	QTD E	450				
HDGMBC	P. TOTAL (R\$) QTD					
	QP F	450				
HDEAM	P. TOTAL (R\$)	R\$ 180,0000	R\$ 180.00			
	d a	2.25	36.00			
HDEBO	P. TOTAL (R\$)	R\$ 36,0000				
	QTD E	450	R\$			
HDGMJW	P. TOTAL (R\$)	R\$ 360,0000				
	QTD E	4.50 0				
	P. UNIT (R\$) E	R\$ 0,0800				
	QTDE. ARP	1.211.40 0				
	UNID.	COMPRIMID 1.211.40 0 0				
	MARC A A COM CX BL AL PLAS TRANS X 200					
	COD CATMA T	267512	VALOR TOTAL POR ÓRGÃO			
	ESPECIFICAÇÃ CATMA M	PRINCÍPIO ATIVO: AMITRIPTILIN CCOMPRIMIDO S CONTENDO 25MG. MEDICAMENT O GENÉRICO.				
	≝ ≥	2				





Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número 6V3YKCQQ

Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 1276728 e código 6V3YKCQQ

ASSINADO POR:

FELIPE DE ARAUJO GOMES:01126808369 em 05/04/2022

JULIO RAMON SOARES OLIVEIRA:38043467315 em 07/04/2022



12 Abr 2022
SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

Contrato nº 150/2022 - SMS. Processo nº 065872/2022.

Natureza do Ato:

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS E EMPRESA ELFA MEDICAMENTOS S.A., INSCRITA NO CNPJ SOB O № 09.053.134/0009-45.

Fundamentação:

O presente contrato tem como fundamento na **Ata de Registro de Preços nº 002/2022** - **B**, oriunda **do Edital do Pregão Eletrônico nº 334/2021** e seus anexos; o que consta nos autos do **Processo Administrativo nº P065872/2022**; os preceitos do Direito Público, e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; na Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; no Decreto nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016 (atualizado com as alterações constantes do Decreto Nº 14.398, de 11 de abril de 2019); Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014; Decretos Municipais nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, n°12.255, de 06 de setembro de 2007; e n° 13.512, de 30 de dezembro de 2014; n° 14.963, de 31 de março de 2021, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no D.O.U de 24 de janeiro de 2013 (e suas alterações) e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

Objeto:

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS (FMS), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do Edital; bem como em consonância com o ANEXO ÚNICO que integra este instrumento independente de sua transcrição, para todos os fins e efeitos legais (Pregão Eletrônico nº 334/2021).

Prazo de Vigência:

12 (doze) meses, improrrogável (art. 57, caput da Lei nº. 8.666/93), contado a partir da sua publicação, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Valor:

R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais), sem direito a reajuste.

Dotações Orçamentárias:

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada abaixo:

- 25908.10.302.0123.2621.0001, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.00.00 e 1.602.0000.00.00 da Ação de Manutenção da Rede de Hospitais do Munícipio Hospital Distrital Gonzaga Mota/Barra do Ceará HDGMBC;
- 25910.10.302.0123.2621.0002, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.00.00 e 1.602.0000.00.00 da Ação de Manutenção da Rede de Hospitais do Munícipio Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura/HDEAM Frotinha Antonio Bezerra;
- 25911.10.302.0123.2621.0003, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.00.00 e 1.602.0000.00.00 da Ação de Manutenção da Rede de Hospitais do Munícipio Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira/HDMJBO Frotinha Parangaba;
- 25913.10.302.0123.2621.0005, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.00.00 e
 1.602.0000.00.00 da Ação de Manutenção da Rede de Hospitais do Munícipio Hospital Distrital Gonzaga /José Walter HDGMJW;
- 25916.10.302.0123.2621.0008, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.00.00 da Ação de Manutenção da Rede de Hospitais do Munícipio Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira/HDEBO Frotinha Messejana;
- 25918.10.302.0123.2545.0001, elemento de despesas 339030, fonte 1.600.0000.00.00 e 1.602.0000.00.00 da Ação de Manutenção do Hospital e Maternidade Draª Zilda Arns Neumann/HMDZAN.

Data da assinatura:

Fortaleza/CE, 07 de abril de 2022.

Assinam:

JÚLIO RAMON SOARES OLIVEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS E FELIPE DE ARAÚJO GOMES – ELFA MEDICAMENTOS S.A.





Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número UTBVCDCB

Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 1284073 e código UTBVCDCB

ASSINADO POR:

Assinado por: CICERO DOUGLAS SILVA RUFINO:64079040300 em 08/04/2022